



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO - MUNICÍPIO

2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA/ES

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

FABIANE DALLAFINA MATOSAK GUARESQUE
Auditora Pública Interna
CRC ES – 018478/O-5

2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE
A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO - MUNICÍPIO**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno de Águia Branca/ES

Entidade: Município de Águia Branca

Gestor responsável: Jailson José Quiuqui

Exercício: 2022

1. RELATÓRIO

Em cumprimento as determinações contidas na IN TCEES 68/2020, e o disposto no que preconiza os artigos 70 e 74 da Constituição Federal, e o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, apresentamos o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão de Controle Interno – RELOCI sobre as Contas de Governo do exercício financeiro de 2022 da Entidade – Município de Águia Branca.

O presente relatório compõe a opinião acerca da Prestação de Contas Anual Consolidada, sob responsabilidade do Gestor, Exmo. Jailson José Quiuqui, o qual respondeu no exercício de 2022 pela Entidade – Município de Águia Branca, conforme estabelece a Instrução Normativa 68/2020 e suas alterações do TCEES.

Desta forma, em cumprimento a Instrução Normativa Interna nº 04/2014, que trata das normas relativas à elaboração de Parecer Conclusivo sobre as contas anuais, referente ao exercício financeiro 2022, a Entidade encaminhou a esta Controladoria Geral, em 22/03/2023, as peças contábeis da Prestação de Contas Anual - Consolidada para análise.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe no artigo 74 da Constituição Federal de 1988¹, em conjunto com o descrito no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

¹ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...) II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; (...) IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

TABELA REFERENCIAL 1 – INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2020 DO TCEES

1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle 1.1.3 – Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Análise da Listagem de Pagamentos no Sistema de Contabilidade Pública com o demonstrativo do total de repasses de duodécimo mensal ao Poder Legislativo em cumprimento à data limite. Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal	Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2022: R\$1.969.999,92 Data de Repasse mensal: 20.01.2022 – R\$ 179.069,20 18.02.2022 – R\$ 179.069,20 18.03.2022 – R\$ 134.361,58 20.04.2022 – R\$ 164.166,66 20.05.2022 – R\$ 164.166,66 20.06.2022 – R\$ 164.166,66 20.07.2022 – R\$ 164.166,66 18.08.2022 – R\$ 164.166,66 20.09.2022 – R\$ 164.166,66 20.10.2022 – R\$ 164.166,66 18.11.2022 – R\$ 164.166,66



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Valor previsto a título de duodécimo na Lei Orçamentária Anual: R\$ 1.970.000,00
--	--	--	--	--	--	---

Em conformidade ao art. 168 da Constituição Federal, verifica-se que foram repassados mensalmente pelo Poder Executivo Municipal ao Poder Legislativo Municipal a título de duodécimos no exercício de 2022, o valor médio mensal de R\$164.166,66 (cento e sessenta e quatro mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) em cumprimento a data-limite mensal, totalizando repasse anual de duodécimos em R\$1.969.999,92 (um milhão novecentos e sessenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 1.2.14 – Equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Equacionamento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.14	Equilíbrio financeiro e Atuarial - Plano de Equacionamento	Lei Municipal nº 1.687/2022 Lei Municipal nº 522/2002 ; Lei Municipal nº 523/2002 ; DEMAAT – Reavaliação Atuarial	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	Lei Municipal nº 1.687/2022 aprovada em 18.02.2022; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; Análise dos arquivos DEMAAAT para verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do ente.	Lei municipal nº 1.687/2022 que dispõe sobre plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial - com medidas para reequilíbrio atuarial do RPPS Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; Análise dos arquivos DEMAAAT para verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do ente: - Provisões matemáticas ou passivo atuarial

Considerando análise da Lei Municipal nº 1.687/2022 que regulamenta a Reavaliação Atuarial no exercício de 2022, verifica-se que estão sendo instituídas medidas através do Plano de Amortização, destinadas ao equacionamento do déficit atuarial incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Denota-se em análise aos dispositivos legais, que o Instituto de Previdência adotou medidas com vistas ao reequilíbrio atuarial, no tocante ao aumento da alíquota de custos especiais de 17,5% em 2021, para 26,5% em 2022, conforme tabela de equacionamento do Déficit Atuarial da Lei que dispõe sobre a Reavaliação Atuarial no ano de 2022.

Em relação ao desequilíbrio financeiro, registra-se que o Regime de Próprio de Previdência Social do Município não apresenta desequilíbrio financeiro.

Depreende-se ainda, que as Leis nº 522/2002 e 523/2002, respectivamente, regulamentam o Plano de Custeio do ÁGUA BRANCA PREV, e, a criação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.4 Limites constitucionais e legais

Ponto de Controle 1.4.1 – Educação – aplicação mínima						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.1	Educação aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - ANEXO 8	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – Anexo 08 do RREO Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino.	Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2022: R\$ 11.248.991,65 Percentual de aplicação: 31,48%

Segundo determinação contida no art. 212 da Constituição Federal, e no art. 69 da Lei nº 9.394/1996, verifica-se que o Município de Águia Branca aplicou o montante de R\$ 11.248.991,65 (onze milhões, duzentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos) correspondente a 31,48% da receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2022, atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, conforme tabela abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Destinação de recursos:	Valor:
a) Receitas provenientes de impostos	R\$ 2.833.836,17
b) Receitas provenientes de transferências	R\$ 32.895.765,01
c) Base de cálculo para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino (a+b)	R\$ 35.729.601,18
d) Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino	R\$ 11.248.991,65
e) % de aplicação (d*100/c)	31,48%

Fonte: RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Anexo 08

Ponto de Controle 1.4.2 – Educação – remuneração dos profissionais do magistério						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 08	CRFB/88, art. 212-A, inciso XI	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – FUNDEB (Anexo 08 – RREO) Apuração do limite de gastos com remuneração dos profissionais da educação básica no exercício de 2022 1º Bimestre 2º Bimestre 3º Bimestre 4º Bimestre 5º Bimestre 6º Bimestre	Valor aplicado no pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício no ano de 2022: R\$ 6.367.934,89 Percentual de aplicação: 73,71% Apuração do percentual do limite de gastos com remuneração dos profissionais da educação básica no exercício de 2022: 1º Bimestre: 40,50% 2º Bimestre: 45,87% 3º Bimestre: 50,99% 4º Bimestre: 54,04%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						5º Bimestre: 55,57% 6º Bimestre: 73,71%
--	--	--	--	--	--	--

Ponto de Controle 1.4.3 – Educação – pertinência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.3	Educação - Pertinência	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 Fonte de Recursos 11110000000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO	Lei nº 9.394/1996 (LDB), arts. 70 e 71 e Lei 14.113/2020 (Fundeb)	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino atenderam as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb), observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação	Consulta ao Sistema Informatizado de Contabilidade Pública quanto as despesas empenhadas e pagas que foram classificadas na Fonte de Recursos 11110000000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO Em análise à listagem de pagamentos disponível no sistema informatizado de contabilidade pública que foram considerados como aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino e efetivados com a receita de impostos e de transferência de impostos, evidencia-se que foram atendidas as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb).	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 Fonte de Recursos 11110000000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.4 – Saúde – aplicação mínima						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.4	Saúde aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 12	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde. Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado nas ações e serviços públicos de saúde.	Valor aplicado nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2022: R\$ 6.680.533,87 Percentual de aplicação: 19,37%

Examinando o Anexo 12 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, verifica-se que o Município de Águia Branca aplicou no exercício de 2022 o percentual de 19,32% da receita resultante de impostos e transferências correspondente ao valor de R\$6.660.755,18 (seis milhões seiscentos e sessenta reais e setecentos e cinquenta e cinco reais e dezoito centavos) nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2022, estando em conformidade com o que preconiza o art. 77, inciso III, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias cumulado com artigo 7º da Lei Complementar 141/2012, conforme tabela descritiva abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Destinação de recursos:	Valor:
a) Receitas provenientes de impostos	R\$ 2.833.836,17
b) Receitas provenientes de transferências	R\$ 31.650.709,88
c) Base de cálculo para aplicação em ações e serviços públicos de saúde (a+b)	R\$ 34.484.546,05
d) Valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde	R\$ 6.680.533,87
e) % de aplicação (d*100/c)	19,37%

Fonte: RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Anexo 12

Ponto de Controle 1.4.5 – Saúde – pertinência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.5	Saúde - pertinência	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 Fonte de Recursos 12140000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL	LC 141/2012, arts. 3º e 4º.	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação em ações e serviços públicos de saúde atenderam as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da LC 141/2012, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.	Consulta ao Sistema Informatizado de Contabilidade Pública da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde quanto as despesas empenhadas e pagas que foram classificadas na Fonte de Recursos 12140000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL Em análise a listagem dos pagamentos das despesas consideradas em ações e serviços públicos de saúde	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 Fonte de Recursos 12140000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					evidencia-se que foram atendidas as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da Lei Complementar 141/2012.	
--	--	--	--	--	--	--

Ponto de Controle 1.4.6 – Despesas com pessoal - abrangência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.6	Despesas com pessoal - abrangência	Listagem de empenhos no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 – Elemento de despesa nº 339039 (Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica) Análise dos contratos realizados no exercício de 2022	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Em análise à listagem de empenhos realizados na Prefeitura Municipal de Águia Branca, referente exercício de 2022, por meio de consulta aos elementos de despesa empenhados, conclui-se que no exercício de 2022 não foram realizadas contratações que configurassem mão de obra terceirizada em substituição de servidores.	Listagem de empenhos no período de 01/01/2022 a 31/12/2022 – Elemento de despesa nº 339039 (Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica) Análise dos contratos realizados no exercício de 2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.7 – Despesas com pessoal limite						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.7	Despesas com pessoal limite	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo. Cálculo do limite de despesas totais com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.	Receita Corrente Líquida: R\$ 51.949.344,68 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 25.518.022,08 Percentual das despesas totais em relação à Receita Corrente Líquida: 49,12%

É notório que a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao lecionar acerca das normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal, dispôs em seus artigos 18 a 23 sobre a limitação das despesas com pessoal pelos Poderes e Entes da Federal.

Nesse sentido, tendo em vista que o Limite referencial para as despesas de pessoal é aplicado em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), ao verificar as informações contidas no Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO 1, constatou-se que o gasto total com pessoal no Poder Executivo totalizou R\$ 25.518.022,08 (vinte e cinco milhões quinhentos e dezoito mil, vinte e dois reais e oito centavos), alcançando um percentual de 49,12% no exercício de 2022, abaixo do Limite legal de 54% da Receita Corrente Líquida, previsto no art. 20, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme tabela descritiva abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Apuração das Despesas com Pessoal (Poder Executivo) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL):

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Receita corrente líquida – RCL.	R\$ 51.949.344,68
b) Despesas totais com pessoal – Poder Executivo.	R\$ 25.518.022,08
c) % das despesas totais com pessoal em relação à RCL (b*100/a).	49,12%
d) Limite Legal 54 % da RCL (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF).	R\$ 28.052.646,13
d) Limite Prudencial 51,30 % da RCL (§ único, art. 22 da LRF).	R\$ 26.650.013,82

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Anexo 01

Ponto de Controle 1.4.8 – Despesa com pessoal descumprimento de limites nulidade do ato						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites nulidade do ato	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal.	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal. Lei nº 1.696/2022 - Norma aprovada para alteração de norma anterior já existente, não dispondo da necessidade de cumprir as exigências do art. 21, LRF. Lei nº 1.699/2022	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal. Lei nº 1.696/2022 - Norma aprovada para alteração de norma anterior já existente, não dispondo da necessidade de cumprir as exigências do art. 21, LRF. Lei nº 1.699/2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					<p>- Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.700/2022</p> <p>- Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.724/2022</p> <p>- Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.725/2022</p> <p>- Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar</p>	<p>- Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.700/2022</p> <p>- Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.724/2022</p> <p>- Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p>
--	--	--	--	--	---	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					<p>em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Ausência de Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.758/2022 - Ausência de Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF)</p> <p>- Ausência de Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.762/2022 - Norma aprovada para alteração de norma anterior já existente, não dispondo da necessidade de cumprir as exigências do art. 21, LRF.</p>	<p>Lei nº 1.725/2022 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e</p> <p>- Ausência de Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.758/2022 - Ausência de Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF)</p> <p>- Ausência de Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>Lei nº 1.762/2022 - Norma aprovada para alteração de norma anterior já existente, não dispondo da necessidade de cumprir as exigências do art. 21, LRF.</p>
--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.10 – Despesas com pessoal – limite prudencial vedações

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 51.949.344,68 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 25.518.022,08 Limite apurado: 49,10% Limite Máximo: 54% R\$ 28.052.646,13 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 26.650.013,82

Em consulta aos dados do Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO 1, o Município de Águia Branca, conforme descrito no item 1.4.7 não excedeu o limite prudencial com despesas com pessoal no Poder Executivo, no exercício de 2022.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.11 – Despesas com pessoal extrapolação do limite de providências / medidas de contenção

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências / medidas de contenção	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 51.949.344,68 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 25.518.022,08 Limite apurado: 49,10% Limite Máximo: 54% R\$ 28.052.646,13 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 26.650.013,82

Analisando o Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO 1, registra-se que, pela ausência de extrapolação do limite com gasto de pessoal descrito no item 1.4.7, não foi necessária a adoção de medidas de contenção de despesas com pessoal pelo Município de Águia Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.12 – Despesa com pessoal – expansão de despesa – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.12	Despesa com pessoal – expansão de despesa – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	Em análise a LDO publicada para o exercício de 2022, foi verificado a disposição em seu art. 44, da indicação de prévia autorização específica para aprovação de atos normativos de despesa com pessoal no exercício de 2022. Em análise a LOA publicada para o exercício de 2022, foi verificado que esta dispõe de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.	Art. 44 da Lei nº 1.634/2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO Lei nº 1.667/2021 – Lei Orçamentária Anual Quadro demonstrativo da Despesa Segundo as Categorias Econômicas Elemento de despesa: 3.1.00.00.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais: 50,93% R\$ 25.151.040,98



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.14 – Transferências para o Poder Legislativo Municipal

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021 Relatório de Gestão – RELGES Limite de gasto com Legislativo Municipal Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca https://cmaquiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/repas/duodecimoCamara.aspx Balancete de Verificação - BALVER	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Análise das Transferências de recursos financeiros para Câmara Municipal no exercício de 2022: Relatório de Gestão – RELGES Previsão de repasse de duodécimo - Lei Orçamentária Anual Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca https://cmaquiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/repas/duodecimoCamara.aspx Balancete de Verificação - BALVER	Lei Orçamentária Anual Previsão de repasse ao Poder Legislativo Municipal: R\$ 1.970.000,00 Transferência de Duodécimo no exercício de 2022: Valor Apurado: R\$1.969.999,92 Percentual: 6,99% Valor Máximo de Limite R\$ 1.970.000,00 Percentual: 7% Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2022: R\$1.969.999,92 Data de Repasse mensal: 20.01.2022 – R\$ 179.069,20 18.02.2022 – R\$ 179.069,20 18.03.2022 – R\$ 134.361,58 20.04.2022 – R\$ 164.166,66



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Programação de desembolso mensal – transferência recebida. Código Contábil: 8.2.2.1.1.02.02 Movimento no exercício: R\$ 1.969.999,92	20.05.2022 – R\$ 164.166,66 20.06.2022 – R\$ 164.166,66 20.07.2022 – R\$ 164.166,66 18.08.2022 – R\$ 164.166,66 20.09.2022 – R\$ 164.166,66 20.10.2022 – R\$ 164.166,66 18.11.2022 – R\$ 164.166,66 Balancete de Verificação - BALVER Programação de desembolso mensal – transferência recebida. Código Contábil: 8.2.2.1.1.02.02 Movimento no exercício: R\$ 1.969.999,92
--	--	--	--	--	--	--

Em virtude da redação contida no art. 29-A, §2º da Constituição Federal, evidencia-se que o Município de Águia Branca, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual, cumpriu a normativa constitucional, efetuando até a data-limite de cada mês os repasses a título de duodécimo ao Poder Legislativo no limite anual estabelecido de 7%, em conformidade com o estabelecido no art. 29-A, inciso I e §2º da Constituição Federal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.15 – Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.15	Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre – Anexo II	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um trimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três trimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Conforme análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF, denota-se que o Município de Águia Branca não excedeu os limites da dívida pública estabelecidos no art. 3º da Resolução 40/2001 do Senado Federal no exercício de 2022, não sendo necessário adotar medidas para redução de valor excedente.	Saldo da Dívida Consolidada no Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal não ultrapassou o limite estabelecido pela Lei Complementar 101/2000. Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 1º Semestre: Receita Corrente Líquida (RCL): R\$ 50.085.195,64 Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: R\$ 23.399.181,33 Porcentagem da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL: 46,72% Limite Máximo permitido: R\$ 60.102.234,77 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 2º Semestre:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Receita Corrente Líquida (RCL): R\$ 51.949.344,68 Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: (R\$ 19.745.283,80) Porcentagem da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL: 38,01% Limite Máximo permitido: R\$ 62.339.213,62
--	--	--	--	--	--	--

De acordo com o Demonstrativo da Dívida Consolidada, constante do Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Semestre do exercício de 2022, o Município de Águia Branca obedeceu à disposição do art. 31 da Lei Complementar 101/2000 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal quanto ao saldo da Dívida Consolidada, não ultrapassando o limite determinado pela LRF.

Consoante análise do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre, Anexo II, verifica-se a diminuição da porcentagem da Dívida Consolidada, bem como o cumprimento das normas estabelecidas na LRF.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.16 – Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária - limite

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária limite	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 1 Relatório de Gestão Fiscal – RGF - ANEXO 4 Balanco Orçamentário - BALORC	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.	Da análise do RREO, RGF e BALORC, evidenciou-se que o Município de Águia Branca não efetuou Operações de Crédito no exercício de 2022.	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – Anexo I – Balanço Orçamentário - Operações de crédito/refinanciamentos Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Anexo 04 - Demonstrativo das Operações de Crédito Balanco Orçamentário – BALORC - Receita de Capital: Operações de crédito: R\$0,00

Segundo consta do Demonstrativo das Operações de Crédito no ANEXO 04 do Relatório de Gestão Fiscal, em conciliação com o ANEXO 01 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e, bem como em razão do Balanço Orçamentário, apura-se que o Município de Águia Branca não efetuou Operações de Crédito no exercício de 2022.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2 ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR

2.4 Instrumento de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

Ponto de Controle 2.1.1 – LDO – compatibilidade com Plano Plurianual						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.1	LDO compatibilidade com Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Em confronto das peças que compõe os instrumentos de planejamento – avaliou-se que as diretrizes e metas estabelecidas na LDO estão em compatibilidade com o PPA. Vale mencionar ainda, que a LDO do exercício de 2022 dispõe de forma expressa em seu art. 19 a descrição da compatibilidade das prioridades e metas com o PPA 2022/2025.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021 Art. 19, da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2022.

Em avaliação realizada, apurou-se que as diretrizes, metas, e objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2022 estão em compatibilidade com o Plano Plurianual 2022/2025.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.2 – LDO – limitação de empenho

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.2	LDO limitação de empenho.	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.634/2021	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.634/2021, verifica-se que os artigos 25 e 43, estabelecem critérios para limitação de empenho em conformidade com a LRF.	Análise das matérias constante nos artigos 25 e 43 da Lei nº 1.634/2021 – LDO.

Em exame a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 verifica-se que consta dos artigos 25 e 43, a previsão legal de limitação de empenho, em observância as disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ponto de Controle 2.1.4 – LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.4	LDO condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.634/2021	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.634/2021, verifica-se pelo artigo 33, <i>caput</i> e parágrafo único, que a LDO estabelece condições e exigências para transferências	Art. 33, <i>caput</i> e parágrafo único da Lei nº 1.634/2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					de Recursos a entidades públicas e privadas, em conformidade com a LRF.	
--	--	--	--	--	---	--

Em conformidade com o art. 4º, inciso I, alínea “f” da Lei Complementar 101/2000, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.634/2021, leciona em seu art. 33, *caput* e parágrafo único as condições e exigências em caso de transferências de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas.

Ponto de Controle 2.1.5 – LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.5	LDO Anexo de Metas Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021	LC 101/2000, art.4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Consoante a Lei nº 1.634/2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o exercício de 2022 verifica-se pela leitura do art. 7º e §§1º, 2º e 3º, e Anexo de Metas Fiscais a previsão quanto às metas anuais relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, em conformidade com a previsão legal dos §§1º e 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.	LDO - Lei nº 1.634/2021 Análise da matéria constante do art. 7º, e seus parágrafos. 02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS: 02.01.00 – Demonstrativo 1 – METAS ANUAIS



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Consoante a Lei nº 1.634/2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o exercício de 2022 verifica-se pela leitura do art. 7º e §§1º, 2º e 3º, e Anexo de Metas Fiscais, a previsão quanto às metas anuais relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, em conformidade com a previsão legal dos §§1º e 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ponto de Controle 2.1.6 – LDO – Anexo de Metas Fiscais – conteúdo						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição – aprovado pela Portaria nº 375-2020 STN	Portaria STN nº 389/2018	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição – aprovado pela Portaria nº 375-2020 STN Em análise aos demonstrativos constantes na LDO (Lei nº 1.634/2021), verifica-se as seguintes desconformidades: - Desconformidade entre a Tabela 04 – Evolução Patrimônio Líquido em confronto com o Demonstrativo 4, constante no MDF (11ª edição). Denota-se que o Município de Águia Branca não realizou demonstração referente a Evolução do Patrimônio Líquido – Regime previdenciário.	LDO – Lei nº 1.634/2021: Anexo de Metas Fiscais Metas Anuais – Tabela 1 Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior – Tabela 2 Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores – Tabela 3 Evolução do Patrimônio Líquido – Tabela 04 Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos – Tabela 5 Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				<p>- Desconformidade entre a Tabela 05 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a alienação de ativos em confronto com o Demonstrativo 5, constante no MDF (11ª edição). Denota-se que o Município de Águia Branca não realizou previsão para rendimentos de aplicações financeiras, não se verifica a demonstração de valores quanto a previsão das despesas correntes dos regimes previdenciários.</p> <p>- Desconformidade entre a Tabela 07 – Estimativa e compensação da renúncia de receita em confronto com o Demonstrativo 7 no MDF (11ª edição). Denota-se que o Município de Águia Branca não realizou Estimativa e compensação de renúncia de receita para o exercício em análise.</p>	<p>Previdência dos Servidores – Tabela 6</p> <p>Estimativa e compensação da renúncia de receita – Tabela 07</p> <p>Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado – Tabela 08</p> <p>Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição</p> <p>Demonstrativo 1– Metas Anuais (p. 63)</p> <p>Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (p. 100)</p> <p>Demonstrativo 03 – Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores (p. 106)</p> <p>Demonstrativo 04 – Evolução do Patrimônio Líquido (p. 117)</p> <p>Demonstrativo 05 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (p. 124)</p> <p>Demonstrativo 06 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS (p. 132/133)</p> <p>Demonstrativo 07 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (p. 139)</p>
--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Demonstrativo 08 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (p.152)
--	--	--	--	--	--	---

Ponto de Controle 2.1.7 – LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.7	LDO Anexo de Riscos Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.634/2021	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.634/2021, verificando-se que a LDO contém Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e as providências a serem tomadas em caso de concretização do referido risco, conforme disciplina art. 27, <i>caput</i> e parágrafo único da LDO, em conjunto com o Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.	Lei nº 1.634/2021 - Análise da matéria constante do art. 27, <i>caput</i> e parágrafo único 01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS 01.01.00 Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

Examinando a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no Anexo de Riscos Fiscais restou constatado através do demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, a previsão de Reserva de Contingência e demais providências no exercício de 2022, caso o Município de Águia Branca identificasse possíveis riscos que afetassem as contas públicas, conforme disciplina o art. 27, *caput* e parágrafo único da Lei 1.634/2021, estando em obediência ao art. 4º, §3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.8 – LDO – Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição – aprovado pela Portaria nº 375-2020 STN	Portaria STN nº 389/2018	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências em confronto com as regras estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição, verifica-se que apesar da previsão de passivos contingentes na LDO/2022, a estrutura do Demonstrativo se encontra em conformidade com o MDF (11ª edição) editado pela STN.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição – aprovado pela Portaria nº 375/2020 - STN

Avaliando o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2022 em confronto com o Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição aprovado pela Portaria nº 375/2020 da STN, é possível verificar que a elaboração do Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências presente na LDO se encontra em conformidade com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da 11ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.9 – Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.9	Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021	LC 101/2000, art. 12, §3º	Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo	Em análise ao ponto de controle, verifica-se o não cumprimento no exercício de elaboração da LDO, da disposição prevista no art. 24, parágrafo único da Lei 1.634/2021 c/c art. 12, §3º da Lei 101/2000.	Art. 24, parágrafo único da Lei nº 1.634/2021.

Ponto de Controle 2.1.10 – LOA compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.10	LOA compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 LOA – Lei Orçamentária Anual	CRFB/88, art. 165, § 7º	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	Analisando o comparativo PPA X LDO X LOA do exercício de 2022, disponível no Sistema de Controle Interno e Auditoria, verificou-se que os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária Anual são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		– Lei nº 1.667/2021 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021 Relatório de comparativo de PPA x LDO x LOA emitido via Sistema de Controle Interno e Auditoria				PPA – Plano Plurianual – 2022/20205 Lei 1.651/2021 Relatório de comparativo de PPA x LDO x LOA emitido via Sistema de Controle Interno e Auditoria
--	--	--	--	--	--	--

Analisando o comparativo PPA X LDO X LOA do exercício de 2022, disponível no Sistema de Controle Interno e Auditoria, verificou-se que os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária Anual são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.

Ponto de Controle 2.1.11 – LOA demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.11	LOA demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021	LC 101/2000, art. 5º, inciso I.	Avaliar se o demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o	Em consulta realizada através do relatório de compatibilização do orçamento/metad fiscais, verifica-se a compatibilização do	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 LOA – Lei



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				exercício.	orçamento da LOA com os objetivos e metas fiscais da LDO.	Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021
--	--	--	--	------------	---	---

Ponto de Controle 2.1.12 – LOA – demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.12	LOA – demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021 LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021	CRFB/88, art. 165, §6º, c/c LC 101/2000, art. 5º, inciso II	Avaliar se o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões e subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária, creditícia, bem como, das medidas de compensação a renúncia de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado integrou a LOA aprovada para o exercício	Em análise a LDO, através do Demonstrativo 7 – Anexo de Metas Fiscais, verifica-se que o Município de Águia Branca não realizou a previsão dotação orçamentária para renúncia de receitas. Portanto, considerando que a LDO não realizou a referida dotação, não há inclusão na LOA de demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021 - Ausência de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia; LDO – Lei Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 - 02.07.00 Demonstrativo 7 – Estimativa e compensação da renúncia de receita



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.13 – LOA reserva de contingência

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.13	LOA reserva de contingência	LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.667/2021) LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias (Lei nº 1.634/2021)	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	Em análise a previsão de dotação orçamentária para reserva de contingência, verificou-se que a Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.667/2021) do exercício de 2022, através do seu art. 3º e Anexo VII, contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência no montante compatível com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO.	LOA - Lei Orçamentária Anual - Art. 3º da Lei nº 1.667/2021: Anexo I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as categorias econômicas; Anexo II - Demonstrativo da Despesa por categoria econômica; Anexo VI – Demonstrativo do programa de trabalho de governo; Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por categoria econômica; Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por projeto/atividade; Anexo VIII – Demonstrativo por função, subfunção e programas conforme vínculos com recurso; Anexo IX – Demonstrativo da despesa por órgão e função; e - Demonstrativo Analítico da Despesa; - Orçamento da despesa por projeto atividade (consolidado). LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária - Art. 28 da Lei nº 1.634/2021 - Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em análise a previsão de dotação orçamentária para reserva de contingência, verificou-se que a Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.667/2021) do exercício de 2022, através do seu art. 3º e anexos, contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência no montante compatível com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO.

Ponto de Controle 2.1.14 – LOA previsão de recursos para pagamentos de precatórios						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios	LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.667/2021) LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias (Lei nº 1.634/2021)	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Em análise a previsão de dotação orçamentária para pagamentos de precatórios, verificou-se que o Município de Águia Branca através da Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.667/2021) do exercício de 2022, através do Quadro do Detalhamento da Despesa - Projeto Atividade 004.0412200123.0006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas, realizou previsão de recursos para pagamento de precatórios. Denota-se que não foram apresentados precatórios judiciais até o dia 1º de Julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88, razão pela qual não há previsão na LDO de dotação orçamentária para pagamento de precatórios. Contudo, há previsão de reserva de contingência para decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.	LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.667/2021) - Demonstrativo Analítico da Despesa - Quadro do Detalhamento da Despesa Projeto Atividade 004.0412200123.0006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas. Elemento de despesa: 33909100000 – sentenças judiciais Valor previsto: R\$ 16.300,00 LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021, reserva de contingência – decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Conforme avaliação da Lei Orçamentária Anual – LOA verifica-se que o Município de Águia Branca realizou dotação orçamentária para pagamento de débitos decorrentes de pagamentos de precatórios. Contudo, denota-se que não foram apresentados precatórios judiciais até o dia 1º de Julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88, razão pela qual não há previsão na LDO de dotação orçamentária para pagamento de precatórios. Contudo, há previsão de reserva de contingência para decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

Ponto de Controle 2.1.16 – LOA programação financeira e cronograma de desembolso						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.16	LOA programação financeira e cronograma de desembolso.	DECPRO – Decreto nº 9.871/2022	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	Em análise ao ponto de controle, verifica-se que no exercício de 2022 o Decreto nº 9.871/2022 Dispõe sobre a Programação Financeira da despesa e cronograma mensal de desembolso.	Em análise ao ponto de controle, verifica-se que no exercício de 2022 o Decreto nº 9.871/2022 Dispõe sobre a Programação Financeira da despesa e cronograma mensal de desembolso.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.17 – Transparência na gestão

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.17	Transparência na gestão	INCENTIVA	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Em análise ao arquivo Incentiva, verifica-se que foram realizadas Audiências Públicas durante o processo de elaboração de LDO e LOA para o exercício de 2022. Destaca-se ainda, a realização de Audiência Pública para elaboração do PPA 2022/2025.	INCENTIVA: Comprovante de efetivação ao incentivo à participação popular e da realização de Audiência Públicas, durante os processos de elaboração e discussão do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária. Audiência Pública Online de elaboração da LDO no período de 19/04/2021 a 25/04/2021 Audiência Pública Online de elaboração da LOA no período de 13/09/2021 a 25/09/2021 Audiência Pública Online de elaboração da PPA no período do mês de julho/2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.5 Gestão Fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle 2.2.1 – Anexo de Metas Fiscais – cumprimento de metas fiscais						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.1	Anexo de Metas Fiscais cumprimento de metas fiscais.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias (Lei nº 1.634/2021) LIMITA RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se, após a identificação do descumprimento de meta fiscal ao final de determinado bimestre, em decorrência da não realização de receitas, foram adotadas as medidas de limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes.	a) Em análise ao cumprimento das Metas Fiscais de arrecadação prevista na LDO (Lei nº 1.634/2021), denota-se que o Município de Águia Branca, apesar do descumprimento das metas fiscais de arrecadação no 1º Bimestre do exercício de 2022, não realizou atos normativos de limitação de empenho. b) Denota-se que a partir do 2º Bimestre do exercício de 2022, o Município passou a cumprir a Meta Fiscal de Arrecadação prevista na LDO, encerrando o exercício no 6º Bimestre de 2022 com Superávit de Arrecadação no valor total de R\$ 13.927.818,11	Anexo da PCA – LIMITA Declaração informando que o Município de Águia Branca não editou atos legais de limitação de empenho. LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei nº 1.634/2021, art. 25 Disciplina a previsão de limitação de empenho (Anexo de Metas Fiscais). Demonstrativo I – Metas Anuais 2022 Previsão inicial: R\$ 49.386.934,33 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária Anexo I – Balanço Orçamentário Limite de Arrecadação previsto na LDO/2022 (Previsão atualizada): R\$ 55.724.049,95 Limite de Arrecadação Apurado no exercício de 2022: R\$ 68.568.716,64 Superávit de Arrecadação: R\$ 13.927.818,11



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em análise dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual, verificou-se através do anexo LIMITA, que no exercício de 2022 não foram editados atos legais pela Prefeitura Municipal de Águia Branca, destinados à limitação de empenho.

Denota-se ainda, que apesar da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO disciplinar no art. 25 acerca da limitação de empenho apurou-se que a Prefeitura Municipal de Águia Branca cumpriu as metas de resultado primário e nominal do Anexo de Metas Fiscais previstas na LDO, mantendo, portanto, o equilíbrio fiscal, em obediência ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ponto de Controle 2.2.3 – Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.3	Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas	LC 101/2000, art. 14.	Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14, da LRF.	Consoante análise do Demonstrativo de Renúncia de Receitas, verifica-se que não foram aprovadas no exercício de 2022 leis de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.4 – Renúncia de receitas eficácia da concessão ou ampliação do incentivo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.4	Renúncia de receitas eficácia da concessão ou ampliação do incentivo.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 1.634/2021) LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.667/2021)	LC 101/2000, art. 14, § 2º.	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação.	No tocante a análise da LDO e LOA aprovadas para o exercício em análise, verifica-se a ausência de medidas de compensação para as renúncias de receitas de legislações vigentes no Município.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 Anexo de Metas Fiscais 02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021 Inexistência de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como, das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de controle 2.2.13 – Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. <u>LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.667/2021)</u> Lei nº 1.684/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1684-2022-1644418433.pdf Lei nº 1.686/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1686-2022-1646747219.pdf Lei nº 1.692/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1692-2022-1646748499.pdf Lei nº 1.702/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1702-2022-1651169745.pdf Lei nº 1.723/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1723-2022-1659540273.pdf Lei nº 1.728/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1728-2022-1659540273.pdf	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/cabertura de crédito adicional art. 43 da Lei 4.320/64	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2022, todos créditos adicionais foram precedidos de autorização legislativa. Os créditos adicionais suplementares se encontram previstos nos artigos 4º e 5º da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.667/2021). Os créditos adicionais suplementares e especiais, se encontram previstos nas seguintes Leis abaixo descritas: Lei nº 1.684/2022 Lei nº 1.686/2022 Lei nº 1.692/2022 Lei nº 1.702/2022 Lei nº 1.723/2022 Lei nº 1.728/2022 Lei nº 1.730/2022 Lei nº 1.731/2022 Lei nº 1.732/2022 Lei nº 1.733/2022 Lei nº 1.736/2022	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Os créditos adicionais especiais, se encontram previstos nas seguintes Leis abaixo descritas: Lei nº 1.684/2022 Lei nº 1.686/2022 Lei nº 1.692/2022 Lei nº 1.702/2022 Lei nº 1.723/2022 Lei nº 1.728/2022 Lei nº 1.730/2022 Lei nº 1.731/2022 Lei nº 1.732/2022 Lei nº 1.733/2022 Lei nº 1.736/2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	ordinaria-1728-2022-1661341933.pdf Lei nº 1.730/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1730-2022-1661342049.pdf Lei nº 1.731/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1731-2022-1661342074.pdf Lei nº 1.732/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1732-2022-1661512943.pdf Lei nº 1.733/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1733-2022-1661512973.pdf Lei nº 1.736/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1736-2022-1661513098.pdf Lei nº 1.750/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1750-2022-1670507076.pdf Lei nº 1.751/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1751-2022-1670507139.pdf Lei nº 1.752/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1752-2022-1670507188.pdf Lei nº 1.760/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1760-2022-1670519289.pdf			Lei nº 1.750/2022 Lei nº 1.751/2022 Lei nº 1.752/2022 Lei nº 1.760/2022 Lei nº 1.765/2022 Lei nº 1.766/2022	
--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Lei nº 1.765/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1765-2022-1673010999.pdf				
		Lei nº 1.766/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1766-2022-1673011054.pdf				

Ponto de Controle 2.2.14 – Créditos adicionais – decreto executivo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Decretos executivos de créditos adicionais	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2022, todos créditos adicionais foram abertos mediante Decreto Executivo.	DEMCAD - Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Verificação de todos os Decretos Executivos de Créditos Adicionais. Quantidade de Decretos Executivos expedidos no exercício de 2022: 61 Decretos executivos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.17 – Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.17	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	Lei Municipal nº 1.721/2022 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1721-2022-1658841830.pdf	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	Em análise aos Fundos criados pelo Município de Águia Branca, verifica-se que estes foram instituídos mediante prévia autorização legislativa.	Lei Municipal nº 1.721/2022 – cria o Fundo Municipal de proteção e defesa civil - FUNMPDEC

Conforme informações colhidas na Prestação de Contas Anual, e através de Consulta realizada no Portal da Transparência, no exercício de 2022 foram estabelecidos pelo Município de Águia Branca, fundos mediante prévia autorização legislativa, em conformidade com o art. 167, inciso IX da Constituição Federal.

Ponto de Controle 2.2.21 – Transparência na gestão instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.21	Transparência na gestão instrumentos de planejamento e demonstrativos	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e	Em análise ao Portal da Transparência – foram publicados, a todos os instrumentos referentes ao PPA, LDO, LOA, RREO e RGF, Balancetes	Portal da Transparência PPA 2022-2025 https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=7



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

fiscais			Anual, RREO e RGF, mensais e Balancetes Pareceres Prévios Anuais. emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	LDO 2022 https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/documento/20220720100145-lido-exercicio-de-2022-e-seus-anexos.pdf LOA 2022 https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=5 RREO 2022 https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria RGF 2022 https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/72/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf Prestação de Contas Mensal - Balancetes mensais http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=6&tipo=6 Prestação de Contas Anual – Balancetes anuais http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=7 Parecer prévio do Tribunal de Contas Estadual https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento/index/0?tipo=13 Relatórios do Controle Interno http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=58
---------	--	--	--	--

Em consulta realizada ao Portal da Transparência e na base de informações da Controladoria Geral, constatou-se a presença dos instrumentos LDO, LOA, PPA, RREO e RGF, Balancetes Mensais e Anuais, Parecer Prévio do Tribunal de Contas Estadual e Relatórios do Controle Interno, devidamente publicados, e em conformidade com os artigos 48, 52 a 58 da Lei Complementar 101/2000.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.22 – Transparência na gestão execução orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.22	Transparência na gestão execução orçamentária	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca Relatórios de Execução Orçamentária – RREO e Anexos https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria Diário Oficial dos Municípios - DOM/ES	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Em análise ao Portal da Transparência – foram publicados, todos os anexos referente a Execução Orçamentária e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária.	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca Relatórios de Execução Orçamentária – RREO e Anexos Publicações do RREO no DOM/ES 1º Bimestre DOM/ES – Edição nº 1988 – pág. 03 a 19 – Data: 30.03.2022 2º Bimestre DOM/ES – Edição nº 2024 – pág. 16 a 33 – Data: 25.05.2022 3º Bimestre DOM/ES – Edição nº 2069 – pág. 11 a 26 – Data: 28.07.2022 4º Bimestre DOM/ES – Edição nº 2110 – pág. 09 a 29 – Data: 26.09.2022 5º Bimestre DOM/ES – Edição nº 2153 – pág. 05 a 26 – Data: 29.11.2022 6º Bimestre DOM/ES – Edição nº 2198 – pág. 07 a 28 – Data: 30.01.2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Consoante pesquisa realizada ao Portal da Transparência e ao Diário Oficial dos Municípios – DOM/ES apurou-se a publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, com informações pormenorizadas através dos Anexos com Demonstrativos de Execução Orçamentária, em obediência aos artigos 48, 52 a 58 da Lei Complementar 101/2000.

Ponto de Controle 2.2.25 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal - elaboração						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.25	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal - elaboração	Manual de demonstrativos fiscais da 12ª edição editado pela STN RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e seus anexos RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos.	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar se os demonstrativos que integram o RREO e o RGF foram elaborados em observância às regras estabelecidas pelas normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.	Em atenção as normas editadas pela STN, o RREO e o RGF e seus anexos se encontram em conformidade com as regras estabelecidas no MDF (12ª edição)	RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária: Anexo I – Balanço Orçamentário (p.172/173) Anexo II – Demonstrativo da Execução das despesas por função/subfunção (p.199) Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (p.207) Anexo IV – Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias (p.226/227) Anexo VI – Demonstrativo do resultado primário e nominal (p.262/263) Anexo VII – Demonstrativo dos restos a pagar (p.289) Anexo VIII – Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE (p.317/318) Anexo IX – Demonstrativo das receitas de operações de crédito e despesas de capital (p.363) Relatório de Gestão Fiscal:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Anexo I – Demonstrativo de Despesa com pessoal (p.523) Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (p.560) Anexo III – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores (p.591) Anexo IV – Demonstrativo das operações de crédito (p.606) Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de caixa e dos restos a pagar (p.632) Anexo VI – Demonstrativo Simplificado do Relatório de gestão fiscal (p.646)
--	--	--	--	--	--	--

Ponto de Controle 2.2.26 – Limitação para custeio de despesas

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.26	Limitação para custeio de despesas	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias (Lei nº 1.634/2021) LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.667/2021) Consulta em Sistema de Contabilidade Pública da Listagem de Convênios celebrados no exercício	LC 101/2000, art. 62.	Avaliar se o Município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF.	Não há previsão nas leis orçamentárias – LDO e LOA do exercício vigente, acerca de contribuição de custeio de despesas a outros entes. Além disso, o Município não celebrou convênios no exercício de 2022 visando custeio de despesa com outros entes da Federação.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.634/2021 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.667/2021 Consulta em Sistema de Contabilidade Pública da Listagem de Convênios celebrados no exercício.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Partindo da premissa que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA no exercício de 2022 não regulamentou a limitação para custeio de despesas, em consulta ao Sistema de Contabilidade Pública, apurou-se que o Município de Águia Branca não contribuiu para custeio de despesas de competência de outros entes.

Ponto de Controle 2.2.27 – Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.27	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Portal da Transparência	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	Em análise a Legislações aprovadas no exercício de 2022, o Município de Águia Branca não concedeu privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Inexistência de Legislação que autoriza a concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista no Município de Águia Branca.

Ponto de Controle 2.2.29 – Déficit orçamentário – medida de contenção						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	LIMITA Relatório de Gestão – RELGES BALORC – Balanço	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho movimentação financeira, nos casos	Em análise ao arquivo LIMITA, verifica-se que o Município de Águia Branca não expediu nenhum ato legal destinado a limitação de empenho.	LIMITA - Declaração informando que o Município de Águia Branca não editou atos legais de limitação de empenho. RELGES - Relatório de Gestão



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Orçamentário		e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Denota-se que ao encerramento do exercício de 2022 o Município apresentou Superávit orçamentário no valor de R\$ 6.844.836,17	BALORC Déficit Orçamentário: 0,00 Superávit orçamentário: R\$ 6.844.836,17
--	--	--------------	--	--	---	--

Em análise dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual, verificou-se que o Município de Águia Branca não teve déficit orçamentário no exercício de 2022, sendo assim, não foram necessárias adotar medidas de contenção, e por isso não foram expedidos atos de limitação de empenho.

Denota-se ainda, que ao encerramento do exercício de 2022 o Município apresentou Superávit orçamentário no valor de R\$6.844.836,17 (seis milhões oitocentos e quarenta e quatro mil oitocentos e trinta e seis reais e dezessete centavos).

2.4 Limites constitucionais e legais

Ponto de Controle 2.4.2 – Dívida Pública evidenciação no RGF						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.2	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre	LC 101/2000, art. 30, §7º	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução	Conforme análise do Relatório de gestão Fiscal – RGF, no exercício de 2022, o Município de Águia Branca não efetuou pagamentos de precatórios judiciais, bem como não contém em sua Dívida Consolidada Líquida precatórios judiciais pendentes de pagamento.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Bimestre – Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. - Precatórios anteriores a 05/05/2000:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				nº 40/2001 do Senado Federal.		R\$ 0,00 - Precatórios posteriores a 05/05/2000: R\$ 0,00
--	--	--	--	-------------------------------	--	--

Ponto de Controle 2.4.4 – Dívida Pública evidenciação no RGF						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.4	Dívida pública evidenciação no RGF	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III.	Nos casos em que a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do artigo 4º, avaliar se o limite apurado anualmente, após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avo) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;	Em análise ao Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida previsto no Relatório de Gestão Fiscal, verifica-se que a Dívida Consolidada Líquida não ultrapassou os limites definidos no art. 4º, inciso III da Resolução do Senado Federal 40/2001.	Análise do RGF – Anexo II – 2º Bimestre - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Limite definido por Resolução do Senado Federal: R\$ 62.339.213,62 Dívida Consolidada Líquida: (R\$ 19.745.283,80)

Ponto de Controle 2.4.5 – Dívida Pública extrapolação de limite no decorrer de execução orçamentária redução do valor excedente						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.5	Dívida pública	RGF – Relatório de	Resolução nº	Avaliar se o Estado/Município, mesmo	Conforme análise da Dívida	RGF – Relatório de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2022 (Anexo 03)	40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso IV, alínea b.	do não apresentando, no exercício de 2001, dívida consolidada líquida superior aos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, nos exercícios subsequentes a 2001 incorreram no descumprimento desses limites. Em caso positivo, avaliar se a regra do inciso I, do artigo 4º, está sendo aplicada a partir do exercício que ocorreu o descumprimento.	Consolidada Líquida constante do RGF, em confronto com a Receita Corrente Líquida constante do RREO, denota-se que o Município de Águia Branca não excede os limites da dívida pública, estabelecidos no art. 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal, razão pela qual não se demonstra necessário a aplicação da regra contida no art. 4º, inciso I da Resolução 41/2001 do Senado Federal.	Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Dívida Consolidada Líquida: (R\$ 19.745.283,80) Limite definido por Resolução do Senado Federal (120%) R\$ 62.339.213,62 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2022 (Anexo 03) Receita Corrente Líquida: R\$ 51.949.344,68
---	--	--	--	--	--

Ponto de Controle 2.4.6 – Operação de crédito – instituição financeira						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.6	Operação de crédito instituição financeira controlada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 36.	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: 0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022.

Ponto de Controle 2.4.7 – Operação de crédito – instituição financeira controlada						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.7	Operação de crédito instituição financeira controlada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se foi realizada contratação de operação de crédito em que seja prestada garantia por Estado/Município ou instituição financeira por ele controlada.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: 0,00

Segundo consta do Demonstrativo de Operações de Crédito, no Relatório de Gestão Fiscal – 2º Bimestre, a Prefeitura Municipal de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022, nem mesmo prestou garantias a instituições financeiras.

Ponto de Controle 2.4.8 – Operação de crédito – vedações						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.8	Operação de crédito	RGF – Relatório de Gestão Fiscal	Resolução nº 40/2001 do	Avaliar se o Estado/Município contratou	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

vedações	Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.	Senado Federal, art. 5º	operação de crédito no exercício, estando impossibilitado de realizar tal operação em decorrência do não descumprimento da regra estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	(Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Em análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF denota- se que o Município de Águia Branca não excede os limites da dívida pública, estabelecidos no art. 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal, razão pela qual não se demonstra necessário a aplicação da regra contida no art. 4º, inciso I da Resolução 41/2001 do Senado Federal.	Crédito – 2º Semestre Valor: 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Dívida Consolidada Líquida: (R\$ 19.745.283,80)
----------	---	----------------------------	---	--	---

Ponto de Controle 2.4.9 – Operação de crédito – vedações

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.9	Operação de crédito - vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.		art. 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, verifica-se que por ocasião da ausência de Dívida Consolidada Líquida, não há incorrência do Município em qualquer das vedações do art. 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.
--	--	---	--	--	---	--

Ponto de Controle 2.4.10 – Operação de crédito – vedações						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.10	Operação de crédito - Despesas de capital	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RREO – Relatório Resumido de Execução	CRFB/88, art. 167, inciso III	Avaliar se houve realização de operação de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RREO – Relatório Resumido de Execução



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Orçamentária – 2º Semestre – Anexo I – Balanço Orçamentário		do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito) em confronto com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 2º Semestre – Anexo I – Balanço Orçamentário, em ausência de realização de Operações de crédito, não se opera o descumprimento das normas do art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	Orçamentária – 2º Semestre – Anexo I – Balanço Orçamentário Despesas de Capital: R\$ 7.518.602,35
--	--	---	--	--------------------	---	---

Ponto de Controle 2.4.11 – Operação de crédito – limite global

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.11	Operação de crédito limite global	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Além disso, verifica-se que por ocasião da ausência de realização de Operações de crédito, não há extrapolamento do limite definido pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 Limite definido pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal: R\$ 8.311.895,15



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					do Senado Federal.	Percentual definido sobre a RCL ajustada: 16%
--	--	--	--	--	--------------------	--

Infere-se, conforme registrado no Relatório de Gestão Fiscal, que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no ano de 2022. Desse modo, não se aplica, para fins de avaliação de limite global a normativa constante da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Ponto de Controle 2.4.12 – Operação de crédito – limite para amortizações, juros e mais encargos						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.12	Operação de crédito limite para amortizações, juros e mais encargos	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II.	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excede 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), averificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Considerando a não realização de operações de crédito no exercício, não se opera o descumprimento das normas do art. 7º, inciso II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2022 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em consonância com os pontos de controle avaliados, a Prefeitura Municipal de Águia Branca, não realizou contratos de operações de crédito no ano de 2022, sendo assim, não se faz necessário a avaliação quanto ao comprometimento com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

Ponto de Controle 2.4.13 – Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.13	Operação de crédito concessão de garantias e contragarantias	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 40	Avaliar se houve concessão de garantias pelo Estado/Município a operações de crédito interno e externo. Existindo, verificar se foram observadas as condições estabelecidas no art. 40 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 3 (Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores), verificou-se que o Município de Águia Branca não concedeu garantias de operações de crédito no exercício de 2022.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores - 2º Semestre Garantias Concedidas aos municípios - Operações de Créditos Externas: R\$ 0,00 - Operações de Créditos Internas: R\$ 0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.14 – Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.14	Operação de crédito concessão de garantias e contragarantias	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Avaliar se as exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal foram observadas.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 3 (Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores), verificou-se que o Município de Águia Branca não concedeu garantias de operações de crédito no exercício de 2022, portanto, não se opera a observância das exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores - 2º Semestre



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.15 – Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias limite

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.15	Operação de crédito concessão de garantias e contragarantias limite	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022 Além disso, verifica-se que por ocasião da ausência de concessão de garantias e contragarantias de operações de crédito, não se opera o limite definido pelo art. 9º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores - 2º Semestre Limite definido por Resolução nº 43/2001 do Senado Federal: R\$ 11.428.855,83



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.16 – Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.16	Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20.	Avaliar se foram incluídas cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado/Município.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise da norma pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00

Ponto de Controle 2.4.17 – Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.17	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 Antecipação da Receita pela venda a



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				artigo 38 da LRF.	Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise das exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	termo de bens e serviços: R\$0,00
--	--	--	--	-------------------	---	-----------------------------------

Ponto de Controle 2.4.18 – Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.18	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 38, incisos IV	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do artigo 38 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2022. Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise das situações vedadas no inciso IV do artigo 38 da LRF.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 Antecipação da Receita pela venda a termo de bens e serviços: R\$0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.5 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 2.5.17 – Avaliação atuarial – Inicial						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.17	Avaliação atuarial - Inicial	DEMAAT – Reavaliação Atuarial Anual para verificação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. DEMAAT - Reavaliação Atuarial Anual para verificação do equilíbrio financeiro e atuarial dos benefícios pagos pelo tesouro	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Avaliar se o ente realizou avaliação atuarial inicial e estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites da LRF, com a finalidade de instituir um RPPS.	Em análise ao DEMAAT verifica-se que o RPPS realizou avaliação atuarial em cumprimento as regras contidas na LRF. Em análise ao DEMAAT – Benefícios do tesouro verifica-se que a Prefeitura Municipal de Águia Branca realizou avaliação atuarial em cumprimento as regras contidas na LRF.	DEMAAT - Reavaliação Atuarial 2023 do RPPS nº 1.838 (Responsável: Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) DEMAAT – Reavaliação Atuarial 2023 do Benefícios do Tesouro nº 1.839 (Responsável: Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659)

Consoante arquivos que compõem a Prestação de Contas Anual do exercício de 2022, denota-se que foi instituído pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca a Reavaliação Atuarial - DEMAAT em cumprimento aos limites exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, verificar que o ente municipal – Prefeitura Municipal de Águia Branca realizou Reavaliação Atuarial (Benefícios do Tesouro) – DEMAAT, com a finalidade de avaliar a suficiência financeira dos benefícios pagos pelo tesouro municipal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2 CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.4.8	<p>Em análise aos arquivos PESS e LEIPESS, verifica-se as seguintes desconformidades:</p> <p>Lei nº 1.725/2022</p> <ul style="list-style-type: none">- Ausência de Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF) <p>Lei nº 1.758/2022</p> <ul style="list-style-type: none">- Ausência de Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF)- Ausência de Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF)	<p>Proposições de melhoria:</p> <p>Recomenda-se o aprimoramento dos procedimentos adotados nos Projetos de lei que provoquem aumento de despesa com pessoal em observância ao art. 21, LRF</p>	<p>Não se aplica.</p> <p>OBS: Recomendação será expedida após o período da Prestação de Contas Anual.</p>
2.1.6	<p>Em análise aos demonstrativos constantes na LDO (Lei nº 1.634/2021), verifica-se as seguintes desconformidades:</p> <ul style="list-style-type: none">- Desconformidade entre a Tabela 04 – Evolução Patrimônio Líquido em confronto com o Demonstrativo 4, constante no MDF (11ª edição). Denota-se que o Município de Águia Branca não realizou demonstração referente a Evolução do Patrimônio Líquido – Regime previdenciário.- Desconformidade entre a Tabela 05 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a alienação de ativos em confronto com o Demonstrativo 5, constante no MDF (11ª edição). Denota-se que o Município de Águia Branca não realizou previsão para rendimentos de aplicações financeiras, não se verifica a demonstração de valores quanto a previsão das despesas correntes dos regimes previdenciários.- Desconformidade entre a Tabela 07 – Estimativa e compensação da renúncia de receita em confronto com o Demonstrativo 7 no MDF (11ª edição). Denota-se que o Município de Águia Branca não realizou Estimativa e compensação de renúncia de receita para o exercício em análise.	<p>Proposição de melhoria:</p> <p>Recomenda-se o aprimoramento da peça de planejamento - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO quando da sua elaboração, de modo que sejam observadas as regras do Manual de Demonstrativos Fiscais vigente editado pela STN, no tocante a estruturação dos demonstrativos, e na indicação das metas e indicadores estimativos a serem alcançados.</p>	<p>Não se aplica.</p> <p>OBS: Recomendações realizadas ao Ordenador de Despesa para a próxima elaboração de instrumento de planejamento.</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.1.12	Em análise aos demonstrativos constantes na LOA (Lei nº 1.667/2021), verifica-se a seguinte desconformidade: Ausência de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;	Proposição de melhoria: Recomenda-se o aprimoramento da peça de planejamento - Lei Orçamentária Anual – LOA quando da sua elaboração, de modo que sejam observadas as regras do Manual de Demonstrativos Fiscais vigente editado pela STN, no tocante a elaboração do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.	Não se aplica. OBS: Recomendações realizadas ao Ordenador de Despesa para a próxima elaboração de instrumento de planejamento.
2.2.4	Em análise ao DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas, em conjunto com a LDO e LOA do exercício vigente verifica-se a ausência de medidas de compensação quando da realização de Renúncia de Receita.	Recomenda-se ao Chefe do Poder Executivo Municipal que obedeça fielmente às regras constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante às disposições contidas no art. 14, inciso I e II da LRF, estabelecendo nas peças de planejamento medidas de compensação quando da realização de Renúncia de Receita.	Em andamento. OBS: Recomendações realizadas ao Ordenador de Despesa para a próxima elaboração de instrumento de planejamento.

Após verificação dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual do exercício de 2022, e demais itens que foram objeto de Auditoria no exercício de 2022, foram encontrados achados nos pontos de controle 1.4.8, 2.1.6, 2.1.12 e 2.2.4 que seguem com recomendações de proposição de melhoria.

Quanto ao ponto de controle 2.2.4, calha tecer alguns comentários.

Denota-se que a estimativa do impacto orçamentário-financeiro ou a adoção de medidas de compensação busca manter o equilíbrio orçamentário que poderia ser afetado.

Consoante análise do Demonstrativo de Renúncia de Receita – DEMRE, verifica-se que o valor de Renúncia de Receitas no exercício de 2022, alcançou o montante de renúncia executada de R\$ 106.484,05.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

No que toca análise do total da Receita Realizada R\$ 68.568.716,54 descontando a Despesa realizada de R\$ 61.723.880,37 verifica-se que o Município alcançou um Superávit orçamentário no valor de R\$ 6.844.836,17 e **Superávit financeiro no total de R\$13.927.818,11** portanto, não obstante o Município de Águia Branca não tenha realizado medidas de compensação em LDO e LOA quando da realização de Renúncia de Receita **NÃO** se constata impacto orçamentário no exercício financeiro de 2022.

1.3 Da Gestão orçamentária, financeira, patrimonial

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei nº 1.634/2021, elaborada nos termos do §2º, do art. 165 da CF/88, compreendeu as diretrizes, objetivos, prioridades e metas do orçamento do Município, definindo os programas prioritários de governo e estabelecendo, dentre outras diretrizes, os riscos e metas fiscais a serem observados na execução orçamentária.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual do Município, Lei nº 1.667/2021, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 49.386.934,33 para o exercício de 2022, que somado a abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 29.695.430,21, gerou dotação de despesa autorizada no final do exercício de R\$ 79.082.364,54.

Em análise ao cumprimento das Metas Fiscais Arrecadação de Receita, constata-se que o Município cumpriu com o limite de arrecadação previsto na LDO de R\$ 55.724.049,95, alcançando ao final do exercício de 2022, o valor apurado de Arrecadação de R\$ 68.568.716,54.

Consoante o total da despesa empenhada no exercício de 2022 no valor de R\$ 61.723.880,34, verificou-se ao final do exercício um superávit orçamentário no valor de R\$ 6.844.836,16.

Do total das despesas empenhadas no exercício, nota-se que foram pagos no mesmo exercício o montante de R\$ 58.761.307,31, apresentando ao final do ano de 2022 valor de R\$ 2.014.877,89 de restos a pagar.

No tocante a execução financeira evidenciada no Balanço Financeiro, denota-se que esta compreende a execução das receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, que,



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

somados ao saldo do exercício anterior, resultará no saldo para o exercício seguinte, conforme sintetizamos abaixo:

Balanco Financeiro Consolidado	
Saldo em espécie do exercício anterior	53.126.222,86
Receitas orçamentárias	65.664.463,97
Transferências financeiras recebidas	0,00
Recebimentos extraorçamentários	8.291.139,84
(-) Despesas orçamentárias	58.819.627,80
(-) Transferências financeiras concedidas	0,00
(-) Pagamentos extraorçamentários	7.584.697,11
Saldo em espécie para o exercício seguinte	60.677.501,76
Saldo apresentado no BALFIN	60.677.501,76
Divergência	0,00

Fonte: BALFIN Consolidado/2022

Destaca-se a seguir, o saldo contábil das disponibilidades apresentadas nos termos de verificação, conforme tabela abaixo:

Disponibilidades	
Unidades Gestoras	
Prefeitura Municipal de Águia Branca	17.322.105,19
Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca	2.459.920,74
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Águia Branca	40.881.381,22
Câmara Municipal de Águia Branca	0,00
Total (TVDISP por UG)	60.663.407,15

Fonte: TVDISP das UG's 2022

Quanto a Gestão Patrimonial, no tocante as alterações quantitativas, decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio público, provocam alterações nos elementos patrimoniais, refletindo em resultados aumentativos ou diminutivos no patrimônio líquido, verifica-se pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), que, no exercício de 2022, o Município apresentou resultado patrimonial superavitário no valor de R\$ 8.334.467,50, conforme evidenciase, sinteticamente na tabela abaixo:

Síntese da DVP (Consolidado)	
Variações patrimoniais aumentativas (VPA)	79.530.941,52
Variações patrimoniais diminutivas (VPD)	71.196.744,02
Resultado patrimonial do período	8.334.467,50

Fonte: DEMVAP/2022

Dessa forma, o resultado das variações patrimoniais quantitativas refletiu positivamente no patrimônio do Município.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

A situação patrimonial, qualitativa e quantitativamente, se evidencia por meio do Balanço Patrimonial. Apresenta-se, na tabela seguinte, a situação patrimonial do Município, no encerramento do exercício em análise:

Síntese do Balanço Patrimonial (Consolidado)		
Especificação	2022	2021
Ativo Circulante	61.918.996,12	53.988.450,03
Ativo não Circulante	71.953.186,14	60.058.675,87
Passivo Circulante	3.119.411,31	1.881.573,96
Passivo não Circulante	48.334.836,50	38.097.600,52
Patrimônio líquido	82.417.934,45	74.067.951,42

Fonte: BALPAT/2022

Conforme apurado em análise sintética do Balanço patrimonial (consolidado) do exercício anterior com o atual em confronto com o demonstrativo de variação patrimonial do exercício, constata-se uma diferença do resultado patrimonial no encerramento do ano de 2022, no montante de R\$ 15.515,53 (quinze mil quinhentos e quinze reais e cinquenta e três centavos) decorrente de cancelamento de restos a pagar processados por prescrição através de ato autorizativo, qual seja, Decreto Municipal nº 10.066/2022 de 08.12.2022.

Denota-se que o referido resto a pagar possui como nº de empenho 1891/2014 em 30.04.2014, e liquidação nº 491/2017 em 08.02.2017, portanto, o referido cancelamento se encontra em conformidade com o Decreto Federal nº 20.910/1932,² que disciplina prazo de 05 (cinco) anos de prescrição para cancelamento de restos a pagar, contados da data da inscrição.

No mais, em que pese serem permitidas cláusulas exorbitantes no âmbito do direito administrativo, ambos os contratantes devem observar os princípios da probidade e da boa-fé.

Nesse ensejo, observa-se que muito embora o cancelamento de restos a pagar processados seja realizado de forma excepcional, nota-se que a prescrição do valor informado é devida pelo Município de Águia Branca, porquanto se demonstra coerente ao fato motivador que gerou o cancelamento dos restos a pagar.

² Decreto nº 20.910/1932. Regula prescrição quinquenal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d20910.htm



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.4 Da Gestão Fiscal

Quanto a Gestão Fiscal, apurou-se que o Município de Águia Branca respeitou os limites constitucionais e legais previstos.

Em relação à Educação, consoante os critérios estabelecidos no art. 212, *caput*, da Constituição Federal, constata-se que o Município cumpriu o limite de aplicação do MDE no exercício em análise, aplicando 31,48% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

No tocante a destinação de gastos com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para o pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, constata-se que o Município cumpriu o limite constitucional de destinação em proporção não inferior a 70%, destinando no exercício em análise, o percentual de 73,71% dos recursos do FUNDEB para remuneração de profissionais da educação básica, em conformidade com o art.212-A, inciso XI, da Constituição Federal.

Na saúde, considerando o preceito constitucional previsto no art. 77, inciso III, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal verifica-se que o Município cumpriu o limite estabelecido na norma constitucional, aplicando o percentual de 19,37% em ações e serviços públicos de saúde.

Quanto à despesa com pessoal, verifica-se que o Município de Águia Branca respeitou os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo apurado no exercício de 2022, o percentual de 49,12% de despesas totais com pessoal do Poder Executivo Municipal sobre a Receita Corrente Líquida.

Consoante a Dívida Consolidada Líquida no final do exercício em análise denota-se que o Município de Águia Branca não dispõe de DCL, porquanto não se submete aos limites estabelecidos no art. 3º e 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal, e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto às operações de crédito, verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou, no exercício em análise, operações de crédito.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Quanto aos precatórios judiciais, verifica-se que o Município não efetuou pagamento de precatórios no exercício de 2022.

1.5 Da Gestão Previdenciária

No tocante a Gestão Previdenciária, case salientar que o Regime Próprio de Previdência no Município de Águia Branca, foi instituído por meio de Lei Municipal nº 523/2002.

Consoante análise da supracitada lei, verifica-se que o plano de benefícios concedido aos seus segurados se encontra previsto no art. 17 da referida legislação, e compreende as seguintes prestações:

Art. 17. O regime de previdência social de que trata esta Lei, compreende as seguintes prestações:

I – quanto ao segurado:

- a) Aposentadoria por invalidez;*
- b) Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;*
- c) Aposentadoria voluntária por implemento de idade;*
- d) Aposentadoria compulsória.*

II – quanto ao dependente:

- a) Pensão por morte do segurado;*
- b) Pensão por desaparecimento ou ausência do segurado.*

Para custear tais benefícios, por meio do art. 67 da Lei Municipal 523/2002, foram fixadas as seguintes receitas em seu plano de custeio:

Art. 67. (...)

I. contribuições sociais do Município de Águia Branca, bem como por seus Poderes, suas autarquias e por suas fundações públicas empregadoras;

II. contribuições sociais dos segurados;

III. rendimentos das aplicações financeiras e de demais investimentos realizados com as receitas previstas neste art.;

IV. aluguéis e outros rendimentos não financeiros do seu patrimônio;

V. bens, direitos e ativos transferidos pelo Município ou por terceiros;

VI. outros bens não financeiros cuja propriedade lhe for transferida pelo Município ou por terceiros;

VII. recursos provenientes de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços ao Município ou a outrem;

VIII. verbas oriundas da compensação financeira para os benefícios de aposentadoria e pensão entre os regimes previdenciários na forma da legislação específica;

IX. dotações orçamentárias;

X. transferências de recursos e subvenções consignadas no orçamento do Município;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

XI. doações, legados, auxílios, subvenções e outras rendas extraordinárias ou eventuais;

XII. outras rendas, extraordinárias ou eventuais.

Além disso, as contribuições previdenciárias do servidor e a patronal deverão ser repassadas ao RPPS até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nos termos do art. 79 da Lei Municipal nº 523/2002.

Quanto à alíquota de contribuição previdenciária dos servidores, esta se encontra estabelecida no percentual de 14,00% da base de cálculo, nos termos do art.1º da Lei Municipal nº 1.687/2022.

Quanto às medidas de reequilíbrio atuarial, verifica-se a evolução com aumento da alíquota patronal destinada aos custos especiais de 17,5% em 2021, para 26,5% em 2022, conforme tabela de equacionamento do Déficit Atuarial, disposta na Lei nº 1.687/2022.

Em relação à alíquota patronal de custeio normal, constata-se que foi destinado ao custeamento dos benefícios previdenciários contribuição no percentual de 16,84% incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Dessa forma, conclui-se que o Município de Águia Branca vem adotando medidas com vistas a manter o equilíbrio do equacionamento do déficit atuarial do RPPS, bem como, realizou de forma satisfatória o recolhimento e repasse integral das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, no exercício de 2022.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual da entidade - Município de Águia Branca elaborada sob a responsabilidade do Exmo. Sr. Jailson José Quiuqui, Chefe do Poder Executivo Municipal no exercício de 2022.

Em nossa opinião, tendo como base os pontos de controle avaliados, elencados no **item 1.1** desta manifestação, previstos na IN 68/2020 do TCEES, e os documentos componentes da Prestação de Contas Anual, apresentados a esta Unidade Central de Controle Interno, a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR COM RESSALVAS.**



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

No tocantes as ressalvas, reputa-se que se refere aos achados 1.4.8, 2.1.6, 2.1.12 e 2.2.4 constantes nas proposições elencadas no **item 1.2** deste RELOCI.

Consoante as razões que levaram a abstenção do Controle Interno da análise de alguns itens da IN 68/2020 do TCEES, depreende-se que, a alta demanda encaminhada por outros órgãos de controle externo, aliado a insuficiência de carga horária da única servidora efetiva no cargo de Auditor Público Interno, formada em Ciências Contábeis que possui carga horária semanal de 20 (vinte) horas para atendimento da demanda de 04 (quatro) unidades gestoras, prejudicou o alcance de forma efetiva dos pontos de análise contábil, descritos na IN 68/2020 do TCEES.

Águia Branca/ES, 30 de março de 2023.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

ANEXO



MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESPIRITO SANTO
31.796.584/0001-87
NOTA DE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR

Decreto: 0010066/2022

Data : 08/12/2022

Empenho: 0001891/2014

Data : 30/04/2014

Liquidação: 0000491/2017

Data : 08/02/2017

O ordenador da Despesa, nos termos da legislação vigente, determina que seja feito o cancelamento de resto a pagar, da importância a seguir especificada.

Exercício : 2014

Tipo: Global

Ficha : 0000195

Processo : 0000017/2014

Valor Cancelado : 15.515,53

Órgão : 008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária : 014 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO BASICA

Função : 12 - EDUCACAO

Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

Programa : 0027 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto/Atividade : 3.025 - EXPANSAO E MELHORIAS NA REDE FISICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Elemento de Despesa : 44905191000 - OBRAS EM ANDAMENTO;

Fonte de Recurso : 31070000 - RECURSOS DO FNDE

Favorecido : CONSTRUTORA PRINCESA DO NORTE LTDA-EPP

CNPJ/CPF : 10.648.347/0001-07

Bairro : MOACIR BROTAS

Cidade : ÁGUA BRANCA

Endereço : Rua PERU

UF : SÃ

Histórico : Cancelamento de Restos a Pagar.

Saldo Anterior

15.515,53

Despesa Cancelada

15.515,53

Saldo Disponível

0,00

(quinze mil quinhentos e quinze reais e cinquenta e três centavos)

Nº Contrato/Ano : 0000041/2014

Tipo : Obras e Serviços de Engenharia

Dispensa/Inexigibilidade :

L A N Ç A M E N T O S

Nº	Débito	Valor	Crédito	Valor
Cancelamento de Restos a Pagar - Cancelamento de Restos a Pagar				
O 1	632100000000 - RP PROCESSADOS A PAGAR	15.515,53	632990000000 - OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	15.515,53
P 1	213110101000 - FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A	15.515,53	237110300000 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	15.515,53
C 1	712310200000 - CONTRATOS DE SERVIÇOS	15.515,53	812310201000 - A EXECUTAR	15.515,53
C 1	821130100000 - COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	15.515,53	821110100000 - RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXEF	15.515,53

Local/Data/Assinaturas

AGUIA BRANCA, 08 de dezembro de 2022

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
PREFEITO MUNICIPAL

MARGARETH DE JESUS OLIVEIRA MOZDZEN
CONTADORA - CRC-ES 6.900